

Duncan Simpson
«Tenho o prazer de informar
o Senhor Director...»
Cartas de Portugueses à PIDE (1958-1968)

Índice

AGRADECIMENTOS	9
ÍNDICE	11
INTRODUÇÃO	13

CARTAS DE PORTUGUESES À PIDE

CAPÍTULO I – A PIDE ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA . . .	27
A Revolução de Abril: memória antifascista e lembrança colectiva	28
A «Gestapo portuguesa»	30
Os pides ou a quintessência do «Mal»	35
O foco na violência e tortura	36
O «povo vítima»	38
A memória antifascista enquanto matriz da lembrança colectiva.	42
Historiografia: entre tradição revolucionária e inflexão memorializante	46
Os guardiões da tradição revolucionária	46
A inflexão memorializante	49
Renovar o campo de estudo da PIDE	56
CAPÍTULO II – DENÚNCIAS	59
A PIDE como instrumento de coerção apropriável	60

CARTAS DE PORTUGUESES À PIDE

A PIDE como instrumento de resolução de conflitos	
privados	68
Denunciar por vingança	72
Denunciar por inveja ou rivalidade	79
Denunciar por dever	84
Desvios políticos	86
Desvios morais	89
CAPÍTULO III – PETIÇÕES	95
Um caso de petição presencial	98
A PIDE contra os abusos patronais	101
Peticionar a PIDE: um acto banal	110
CAPÍTULO IV – CANDIDATURAS ESPONTÂNEAS.	117
A PIDE como recurso económico para os pobres.	118
A «vantagem comparativa» da PIDE	125
CONCLUSÃO – A NORMALIZAÇÃO DA PIDE	129
LEGENDAS E COTAS DAS FOTOGRAFIAS	137
FONTES E BIBLIOGRAFIA	141
Fontes Primárias.	143
Bibliografia	143
Livros sobre a PIDE publicados durante a revolução do 25 de Abril	143
Fontes secundárias	144

Introdução

A 24 de Agosto de 1964, o subinspector António Augusto Teodósio, da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), enviou aos seus superiores um relatório sobre a situação social e política na zona da Guarda. «De toda a parte», escreveu, «chegam até nós cartas anónimas, chamadas telefónicas e outras notícias, dando-nos conhecimento de fugas constantes [para o estrangeiro] de indivíduos, em maior número de rapazes novos, que fogem ao serviço militar»⁽¹⁾. O seu principal objectivo era alertar as autoridades em Lisboa quanto à magnitude da tarefa que a PIDE enfrentava na sua missão de controlo das fronteiras, em particular na contenção da emigração clandestina. Indirectamente, o conteúdo do relatório proporciona também um sinal enfático da importância das denúncias (espontâneas) enquanto fenómeno social nos anos da ditadura salazarista. Já em 1951 Joaquim Trigo de Negreiros, o então titular da pasta do Interior (órgão de tutela da PIDE), tinha lamentado, num relatório interno, o afluxo de cartas de denúncia enviadas por membros do público⁽²⁾. Este tipo de

⁽¹⁾ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Arquivo da PIDE/DGS, SC, SR 1330/64, NT3403, f. 3.

⁽²⁾ Pimentel, Irene Flunser (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Temas e Debates, p. 74.

relatórios não só contradizia as pretensões do regime quanto à criação de uma sociedade «organicamente» harmoniosa, como sugere a prevalência da delação enquanto prática social generalizada durante o período do Estado Novo.

A PIDE, para a qual a maioria dessas cartas era enviada, fora criada em Outubro de 1945, no contexto de reforma institucional que visava adaptar o Estado Novo à nova «era democrática» na Europa do pós-Guerra, pois a sua antecessora, a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE), estava demasiado associada à memória da «era fascista». Na prática, a mudança fora meramente cosmética. A PIDE manteve os extensos poderes arbitrários da PVDE na sua tripla missão de garantir a «segurança do Estado» (pela eliminação da dissidência política), controlar as fronteiras, e actuar enquanto serviço de informações. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, a atenção da PIDE concentrou-se primeiro nos sectores da oposição estimulados pela vitória dos Aliados, principalmente os «velhos» republicanos e os comunistas. Gradualmente, a partir da segunda metade da década de 50, teve também de enfrentar o fluxo cada vez maior de emigração clandestina (mais de 1,5 milhões entre 1957 e 1974^[3]) assim como a multiplicação das acções da oposição, seja por parte dos católicos «progressistas»⁽⁴⁾, seja por parte do cada vez maior número de grupúsculos de extrema-esquerda (LUAR, BR, entre outros)⁽⁵⁾. A eclosão da guerra colonial em Março de 1961, e o consequente envio de agentes da PIDE para as «províncias ultramarinas», também contribuíram para pressionar ainda mais os recursos

⁽³⁾ Pereira, Victor (2012). *La Dictature de Salazar face à l'Émigration: l'État Portugais et ses Migrants en France (1957-1974)*, Paris: Presses de Sciences Po, p. 11.

⁽⁴⁾ Almeida, João Miguel (2008). *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.

⁽⁵⁾ Ver Raby, David L. (1988). *Fascism and Resistance in Portugal: Communists, Liberals, and Military Dissidents in the Opposition to Salazar 1941-1974*. Manchester: Manchester University Press.

INTRODUÇÃO

da polícia política a partir do início da década de 60 – cujo pessoal (tanto administrativo como estritamente policial) nunca ultrapassaria o total de 2626 funcionários atingido em 1974⁽⁶⁾.

O facto de a PIDE, enquanto polícia política, ter atraído denúncias espontâneas por parte de membros do público não é específico do regime de Salazar. Nos casos da Rússia estalinista e da República Democrática Alemã (RDA), por exemplo, os trabalhos de Sheila Fitzpatrick e Robert Gellately já demonstraram, em meados da década de 90, a prevalência desta prática⁽⁷⁾. Tal como no caso português, os responsáveis das respectivas polícias políticas de ambos os regimes – o NKVD e a Stasi – chegaram até a queixar-se da dimensão do fenómeno, considerado contrário ao ideal da sociedade socialista e pouco fiável enquanto método de policiamento. No entanto, apesar de o valor heurístico do estudo do fenómeno das «práticas acusatórias» ter sido demonstrado em relação a vários países e contextos ditatoriais da Europa do século XX, o tema continua a ser pouco estudado pelos historiadores do Estado Novo. Aliás, tal é também o caso das outras formas de interacção vindas «de baixo para cima» entre a sociedade e a PIDE, como as candidaturas espontâneas de cidadãos comuns desejosos de integrar a polícia política e as petições enviadas directamente por pessoas comuns aos agentes da PIDE. Embora alguns historiadores tenham procurado desvendar os meandros da operação da PIDE no terreno – salientando o impacto

⁽⁶⁾ Para uma introdução sintética à história e funcionamento da PIDE, ver Pimentel, Irene Flunser (2011). «A Polícia Política do Estado Novo Português, PIDE/DGS: História, Justiça e Memória». *Acervo*, 24.1: 139–156.

⁽⁷⁾ Fitzpatrick, Sheila (1996). 'Suplicants and citizens: Public Letter-Writing in Soviet Russia in the 1930' *Slavic Review*, 55. 1: 78–105; Gellately, Robert (1996). 'Denunciations in Twentieth Century Germany: Aspects of Self-Policing in the Third Reich and the German Democratic Republic'. *Journal of Modern History*, 68: 957–958.

de elites locais recalcitrantes⁽⁸⁾ e dos conflitos internos entre entidades policiais⁽⁹⁾ –, ou relativizar o uso da violência pelo regime, colocando-a numa perspectiva comparativa⁽¹⁰⁾, as obras dedicadas exclusivamente à PIDE continuam a focar-se nos mecanismos de repressão exercidos «de cima para baixo» sobre a pequena minoria de opositores ao regime, enquanto forma quase exclusiva de relacionamento entre a sociedade e a polícia política⁽¹¹⁾. O resultado deste tipo de abordagem em termos historiográficos, tal como teremos a oportunidade de ver de forma detalhada no primeiro capítulo deste livro, foi reduzir o grosso da população – isto é, a esmagadora maioria dos «cidadãos comuns»⁽¹²⁾ que nunca se envolveram em actividades oposicionistas – ao estatuto de «povo vítima», que aguentou passivamente a repressão exercida pela PIDE. Para citar apenas dois dos

⁽⁸⁾ Keese, Alexander and Contreras, Beatriz Valverde (2019). ‘The Limits of Authoritarian Rule at the Periphery: The PIDE, the American Airbase, and Social Control on Terceira Island, Azores, 1954-1962’. *Journal of Social History*, 52. 4: 1307-1329.

⁽⁹⁾ Pereira, Victor (2012). *La Dictature de Salazar face à l’Émigration: l’État Portugais et ses Migrants en France (1957-1974)*, Paris: Presses de Sciences Po; e Pereira, Victor (2005). ‘El Poder de la Impotencia: Policías y Migración Clandestina entre Portugal y Francia (1957-1974)’. *Política y Sociedad*, 42. 3: 103-120.

⁽¹⁰⁾ Ramos, Rui (coord.) (2009). *História de Portugal*, Lisboa: Esfera dos Livros, pp. 650-653; Cerezales, Diego Palacios (2011). *Portugal à Coronhada*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 293.

⁽¹¹⁾ Ver Ribeiro, Maria da Conceição (1995). *A Polícia Política no Estado Novo 1926-1945*. Lisboa: Editorial Estampa; Madeira, João (coord.) (2007). *Vítimas de Salazar: Estado Novo e Violência Política*, Lisboa: Esfera dos Livros; Pimentel, Irene Flunser (2007). *A História da PIDE*; Rosas, Fernando et al. (2009). *Tribunais Políticos: Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates; Rosas, Fernando (2012). *Salazar e o Poder: a Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 190-210; Pimentel, Irene Flunser (2019). *Os Cinco Pilares da PIDE*. Lisboa: Esfera dos Livros.

⁽¹²⁾ O termo «cidadãos comuns» é utilizado aqui para definir a maioria da população portuguesa que, durante a ditadura salazarista, nunca se envolveu em actividades oposicionistas – por contraste com a pequena minoria de opositores que tem monopolizado a atenção dos historiadores até hoje. Neste sentido, o termo não significa, nem sugere, uma qualquer visão essencialista do «Português comum».

mais influentes historiadores da repressão política sob o Estado Novo – Irene Flunser Pimentel e Fernando Rosas –, a PIDE, ao «neutraliz[ar] selectivamente os poucos que lutavam contra o Estado Novo», e ao propagar simultaneamente «a ameaça do que podia acontecer aos que entravam em dissidência», teria conseguido «espalh[ar] o medo» no conjunto da sociedade⁽¹³⁾. Assim, em complemento do seu papel na erradicação da oposição, a PIDE teria também servido, através da «surda socialização do medo», para sustentar um generalizado e efectivo «clima de acatamento e submissão»⁽¹⁴⁾.

O meu argumento neste livro é que a relação entre a sociedade portuguesa e a PIDE foi sempre muito mais activa, interactiva e multifacetada do que tem sido reconhecido até hoje. Os Portugueses nunca foram um simples «povo vítima» a aguentar passivamente e atemorizado o ímpeto repressivo da PIDE. Pelo contrário, a sociedade portuguesa adaptou-se activamente à presença da polícia política. Ao integrar as diversas formas de relações vindas «de baixo para cima» entre cidadãos individuais e a PIDE, e recorrendo também à ampla historiografia das «práticas acusatórias» e da vida quotidiana em ditaduras contemporâneas ao Estado Novo, pretende-se trazer à luz do dia os vários tipos de interacções que marcaram o relacionamento entre cidadãos comuns e a PIDE. O objectivo, através da análise destas «interacções quotidianas», consiste em chegar a uma compreensão mais aprofundada e nuanceada dos mecanismos de funcionamento da sociedade portuguesa que contribuíram para a durabilidade do regime, matizando e completando a tradicional narrativa de repressão

⁽¹³⁾ Pimentel, Irene Flunser (2007). *A História da PIDE*, p. 535.

⁽¹⁴⁾ Rosas, Fernando (2012). *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, p. 200.

CAPÍTULO I

A PIDE entre memória e história

O objectivo deste capítulo é perceber as razões pelas quais persiste até hoje na historiografia da PIDE um paradigma interpretativo «centrado na vítima» – isto é, na pequena minoria de opositoristas que foram os alvos directos da perseguição exercida pela polícia política salazarista.

Qualquer abordagem desta temática deve, no meu entender, integrar o facto de a historiografia da PIDE ter sido, desde os seus primórdios, profundamente interligada com as próprias «políticas da memória» construídas em redor da polícia política salazarista desde 1974. Quero com isso dizer que os esforços para construir e preservar uma certa memória colectiva da PIDE acabaram por influenciar duradouramente o processo da sua compreensão em termos históricos, nomeadamente ao ditar quais os aspectos da PIDE que merecem ser estudados e aprofundados, e quais não merecem. Por outras palavras, o estudo histórico da PIDE tem até hoje ficado cativo de determinados interesses memoriais.

O capítulo é organizado em duas partes. Na primeira, tratar-se-á de analisar os modos como, devido às circunstâncias particulares do colapso da ditadura salazarista, as representações da PIDE popularizadas durante o processo revolucionário de 1974-1975 acabaram por deixar uma marca duradoura na consciência colectiva e, ao fazê-lo,

moldar de forma duradoura a chamada memória social da PIDE⁽¹⁾ Na segunda, a análise foca-se no campo historiográfico *per se*, marcado por um forte processo de «inflexão memorializante»⁽²⁾, quer devido à politização da PIDE enquanto objecto de estudo, quer devido às características da sociedade civil em Portugal. De facto, ambos os factores influenciaram a maneira como a PIDE tem sido abordada em termos académicos. Por fim, apontarei algumas das possíveis vias para a renovação do campo de estudo da PIDE, as quais serão depois desenvolvidas nos três capítulos seguintes. No caso português, este processo de renovação implica tanto libertar a historiografia da sua actual inflexão memorializante como abrir o campo académico a novos objectos de estudo.

Perceber a influência das dinâmicas memoriais sobre o processo de produção historiográfica dedicada à PIDE implica voltar ao período histórico durante o qual a actual memória social da PIDE adquiriu o seu estatuto hegemónico na sociedade portuguesa. Este período-chave é o processo revolucionário inaugurado no dia 25 de Abril de 1974.

A Revolução de Abril: memória antifascista e lembrança colectiva

Imediatamente após a queda do Estado Novo através do golpe militar de 25 de Abril de 1974 abriu-se uma fase

(¹) A memória social é entendida como cobrindo «o processo (ou processos) através dos quais um conhecimento ou consciência de acontecimentos ou condições passados é desenvolvido e sustentado dentro das sociedades humanas, e através dos quais, portanto, os indivíduos nessas sociedades recebem a sensação de um passado que vai além do que eles próprios recordam». Como tal, os processos de memória social envolvem caracteristicamente «a operação de uma ampla variedade de dispositivos culturais e de elementos de estrutura institucional e social», levando a um sentido adquirido do passado «concebido como sendo de alguma forma geral e colectivo», Cubitt, Geoffrey (2007). *History and Memory*. Manchester: Manchester University Press, pp. 14-15.

(²) *Idem, ibidem*, p. 52.

de «emancipação da memória», durante a qual as narrativas das vítimas da PIDE adquiriram predominância à escala nacional⁽³⁾. Após 48 anos de silêncio forçado, a chamada «memória antifascista» da PIDE estabeleceu-se então como memória social hegemónica. Antes de analisar a excepcional longevidade e influência da memória antifascista, começarei por delinear brevemente as suas principais características.

Por entre as suas múltiplas expressões, a emancipação da memória no pós-25 de Abril traduziu-se num surto de publicações cujo objectivo principal era denunciar os crimes da ditadura. Assim, entre 1974 e 1977, foram publicados em Portugal 32 livros sobre o tema da repressão salazarista⁽⁴⁾. Destes, 19 tratavam da experiência dos presos políticos. Outros 13 focavam-se directamente na PIDE. Utilizaremos este último *corpus* de obras como ponto de acesso à representação da PIDE construída na altura⁽⁵⁾. Desta representação, destacam-se quatro características essenciais.

⁽³⁾ Loff, Manuel (2014). «Dictatorship and Revolution: Socio-Cultural Reconstructions of Collective Memory in Post-Authoritarian Portugal». *Culture and History Digital Journal*, 3.2: 3.

⁽⁴⁾ Maués, Flamarion (2013). «A edição política e a denúncia dos crimes da ditadura em Portugal (1968-1977).» In Maria Inácia Rezola e Irene Flunser Pimentel (coord.). *Democracia e ditadura: memória e justiça política*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 408-409. Ver também Maués, Flamarion (2019). *Livros que tomam partido. Edição e Revolução em Portugal: 1968-1980*. Lisboa: Parsifal.

⁽⁵⁾ Para a definição deste corpo de obras, ver a bibliografia do presente livro, nomeadamente a secção «Livros sobre a PIDE publicados durante a revolução de Abril». Embora o *corpus* se concentre no período revolucionário, isso não significa que algumas das obras produzidas por oposicionistas, no tempo da ditadura, também não tenham influenciado a formação da memória antifascista da PIDE. Tal é o caso, por exemplo, do livro de Mário Soares (1972). *Le Portugal Baïllonné*. Paris: Calmann-Levy [Portugal Amordaçado]. O mesmo se aplica às iniciativas editoriais lançadas no período pós-revolucionário, em particular pela Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista – com especial relevo para os cinco volumes sobre prisioneiros políticos, publicados entre 1981 e 1987.